



242

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL  
Apelação Cível nº 0111.390-8  
Apelante: C M Microinformática Ltda  
Apelado: TNT Brasil S.A  
Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

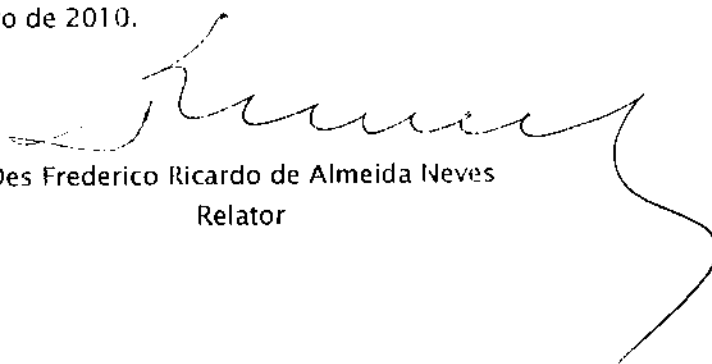
EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO E AÇÃO ORDINÁRIA DE ANULAÇÃO DE DUPLICATA. RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE TRANSPORTE C/C PERDAS E DANOS. ATRASO NA ENTREGA. DANO MATERIAL. NÃO COMPROVADO. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. APELO NÃO PROVIDO.

- 1) Considerando que o dano patrimonial não restou comprovado pela parte autora, a manutenção da sentença, que julgou improcedente o pedido, é medida que se impõe.
- 2) Não configura abalo moral indenizável pequeno dissabor e contrariedade normais na vida em sociedade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível 0111.390-8; acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, negar provimento ao apelo.

Recife, 26 de janeiro de 2010.



Des Frederico Ricardo de Almeida Neves  
Relator



243

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL  
Apelação Cível nº 0111.390-8  
Apelante: C M Microinformática Ltda  
Apelado: TNT Brasil S.A  
Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

### R E L A T Ó R I O

Cuida-se de apelação cível interposta contra sentença que, em sede de "Ação Cautelar de Sustação de Protesto" e "Ação Ordinária de Anulação de Duplicata, Resolução de Contrato de Transporte c/c Perdas e Danos", observado o devido processo legal, julgou improcedente o pedido autoral.

A sentença apelada julgou improcedente o pedido por entender que não restou configurada a inexecução contratual e nem a mora da empresa apelada, concluindo que não houve dano passível de reparação. Condenou a parte vencida em ônus de sucumbência, sendo os honorários advocatícios fixados no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor atribuído à causa (v. fls. 50/52 e 69/71).

Persegue a parte autora (v. fls. 82/85), em suas razões recursais, a procedência total do seu pedido, a fim de serem reconhecidas, resumidamente: (i) o inadimplemento contratual - atraso na entrega da mercadoria; danificações nas peças compradas; valor do frete aéreo quando o transporte foi rodoviário; (ii) o dano material; (ii) o dano moral.

Sem contra-razões, fl. 89.

É o relatório, no essencial.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des Frederico Ricardo de Almeida Neves  
Relator

107



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

244

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0111.390-8

Apelante: C M Microinformática Ltda

Apelado: TNT Brasil S.A

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

O Des Frederico Ricardo de Almeida Neves (Relator) proferiu o seguinte voto:

(i) Do inadimplemento contratual - atraso na entrega da mercadoria; danificações nas peças compradas; valor do frete aéreo quando o transporte foi rodoviário.

De leitura acurada, mormente do depoimento da partes, depreende-se que houve atraso na entrega das mercadorias numa média de 10 (dez) dias para o caso de transporte aéreo e de 06 (seis) dias para o transporte terrestre (v. fls. 61/62).

No entanto, verifica-se que mesmo com o referido "atraso", todas as mercadorias foram entregues e instaladas nos equipamentos dos clientes da empresa-autora, o que descarta a alegação de peças danificadas (v. fl.61).

No que concerne ao valor do frete aéreo quando o transporte foi rodoviário, a empresa-autora não especificou. Apenas, o depoimento do seu representante legal confirma que tanto houve contrato de transporte via terrestre quanto aéreo (v. fl.61).

(ii) Do dano material.

O dano patrimonial deve ser efetivamente provado pela vítima, sob pena de não haver como ser reconhecido sem a sua cabal comprovação.

Sobre o ônus da prova, observa Humberto Theodoro Júnior:

"Não há um dever de provar, sem à parte contrária assistir o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus. de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados e do qual depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através

de tutela jurisdicional, isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente" (in Curso de Direito Processual Civil, vol. I, Ed. Forense, 19.ª ed., 1997, pág. 421).

No mesmo sentido, Nelson Nery Júnior:

"O ônus da prova é regra de juízo, isto é, de julgamento, cabendo ao juiz, quando da prolação da sentença proferir julgamento contrário àquele que tinha o ônus da prova e dele não se desincumbiu. O sistema não determina quem deve fazer a prova, mas sim quem assume o risco caso não se produza." (in Código de Processo Civil Comentado, 4.ª ed., RT, p. 838).

Exsurge claro que à parte não basta simplesmente alegar os fatos para que a sentença declare o direito, isto é, para que a relação de direito litigiosa fique definitivamente garantida pela regra de direito correspondente, preciso é, antes de tudo, que o magistrado se certifique da verdade do fato alegado, o que se dá através das provas.

*In casu*, a empresa-recorrente não demonstrou o seu efetivo prejuízo, logo não há como reconhecer tal pleito.

(ii) Do dano moral.

O cerne da questão se prende em verificar se configura dano moral e passível de reparação atraso na entrega das mercadorias numa média de 10 (dez) dias para o caso de transporte aéreo e de 06 (seis) dias para o transporte terrestre.

Entendo que, em princípio, um simples atraso na entrega de mercadorias, não caracteriza o dano moral. Principalmente, repise-se, quando *"os equipamentos cujo transporte deu causa à emissão das duplicatas atacadas foram entregues e instalados nas sede dos clientes da CM"* (v. fl.61).

Logo, não há que se falar em situação vexatória ou humilhante.

Ademais, *"pequenos dissabores e contrariedades, normais na vida em sociedade, não são indenizáveis. Imprescindível asseverar que na vida em sociedade as pessoas têm que se submeter a certas situações inevitáveis, sob pena de se tornar impossível tal convivência, ainda mais nos dias de hoje"* (STJ. REsp 604620/PR. Ministra NANCY ANDRIGHI. TERCEIRA TURMA. DJ 13.03.2006 p. 315).

Posto isso, e sem mais delongas, voto pelo desprovidimento do apelo.

Des Frederico Ricardo de Almeida Neves  
Relator